



MUNICÍPIO DE SINES
Câmara Municipal
Núcleo de Aquisições e Gestão de Contratos

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

**CONTRATAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL PARA DIVERSAS
INSTALAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINES**

**CONCURSO PÚBLICO
Procedimento n.º 1324/CP/2015**

Índice

Secção I - Disposições Gerais	3
Artigo 1.º Identificação e Objeto do Concurso	3
Artigo 2.º Entidade Adjudicante	3
Artigo 3.º Órgão que tomou a Decisão de Contratar	3
Artigo 4.º Concorrentes	3
Artigo 5.º Agrupamentos	4
Secção II - Propostas	4
Artigo 6.º Consulta do Processo	4
Artigo 7.º Documentos que Constituem as Propostas	4
Artigo 8.º Forma e Prazo de Entrega das Propostas	5
Artigo 9.º Assinatura dos Documentos	5
Artigo 10.º Apresentação de Propostas Variantes	6
Artigo 11.º Retirada da Proposta	6
Artigo 12.º Prazo de Obrigação de Manutenção das Propostas	6
Artigo 13.º Preço Base	6
Artigo 14.º Esclarecimentos e Retificação das Peças do Procedimento	6
Artigo 15.º Erros e Omissões do Caderno de Encargos	7
Secção III - Júri do Procedimento e Análise de Propostas	8
Artigo 16.º Júri do Concurso	8
Artigo 17.º Audiência Prévia	8
Artigo 18.º Relatório Final	9
Secção IV – Adjudicação e Documentos de Habilitação	9
Artigo 19.º Critério de Adjudicação	9
Artigo 20.º Documentos de Habilitação	9
Secção V - Disposições Finais	10
Artigo 21.º Prevalência	10
Artigo 22.º Caução	10
Artigo 23.º Falsidade de Documentos e ou Declarações	10
Artigo 24.º Adoção de Ajuste Direto	10
Artigo 25.º Lei Aplicável	10



Secção I - Disposições Gerais

Artigo 1.º Identificação e Objeto do Concurso

1. **Tipo de Procedimento** – Concurso Público, ao abrigo do disposto na alínea b), do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, doravante designado de CCP, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto – Lei n.º 278/2009, de 02 de outubro e Decreto – Lei n.º 149/2012, de 29 de julho;
2. **Objeto do Procedimento** - O concurso tem por objeto o fornecimento de gás natural para diversas instalações da Câmara Municipal de Sines;
3. **Código CPV** – O código CPV previsto no Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28.11.2007 é 09123000-7 Gás Natural.

Artigo 2.º Entidade Adjudicante

A entidade pública contratante é a Câmara Municipal de Sines, sita no Largo Ramos da Costa – 7520-159 Sines, com o telefone número 269 630 600 e o fax número 269630022 e com o email info@mun-sines.pt.

Artigo 3º Órgão que tomou a Decisão de Contratar

1. No procedimento em causa, atendendo a que o valor da despesa a considerar é inferior a € 150.000,00, o órgão competente para tomar a decisão de contratar é o Presidente da Câmara Municipal, no uso da competência própria, estabelecida no artigo.º 18.º do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, cuja disposição foi mantida em vigor pela alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
2. A decisão de contratar foi tomada por despacho datado de 06 de novembro de 2015.

Artigo 4º Concorrentes

É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de proposta.



MUNICÍPIO DE SINES

Artigo 5º Agrupamentos

1. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação;
2. Os membros do agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente;
3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta;
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio, prevista no Decreto – Lei n.º 231/81, de 27 de julho.

Secção II - Propostas

Artigo 6.º Consulta do Processo

As peças do concurso, serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública vortalGOV acessível através do sítio eletrónico <http://www.vortalgov.pt>, disponibilizada pela empresa VORTAL – Comércio Eletrónico, Consultoria e Multimédia, SA., desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.

Artigo 7º Documentos que Constituem as Propostas

As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

1. Nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP, Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente Programa do Concurso, a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
2. Declaração a que se refere a alínea a) do nº1 do artigo 81º do CCP, conforme modelo constante do Anexo II do presente Programa de Concurso, a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
3. Documento que contenha o preço proposto de acordo com o qual o concorrente se dispõe a contratar;
4. Licença de Comercialização de Gás Natural;



5. O concorrente poderá apresentar quaisquer outros documentos que considere indispensáveis para complementar a proposta;
6. Quando aplicável, documento que contenha esclarecimento justificativo da apresentação de um preço anormalmente baixo, conforme disposto na alínea d) do art.º 57º do CCP;
7. Caso a proposta seja apresentada por um agrupamento de concorrentes as declarações referidas no ponto 1 e ponto 2, devem ser assinadas pelo representante comum dos membros que integram o agrupamento. Devem também ser juntos às declarações os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento;
8. Prazo de validade das propostas.

Artigo 8º Forma e Prazo de Entrega das Propostas

1. As propostas bem como os documentos que as integram devem ser apresentadas até às 17h00m do 42.º dia após a publicação do anúncio publicado em Diário da República;
2. A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente através da plataforma eletrónica de contratação pública vortalGOV, acessível no sítio eletrónico <http://www.vortalgov.pt>;
3. A proposta, será redigida em língua portuguesa;
4. 3. O preço da proposta deve ser expresso em euros e não deve incluir o imposto sobre o valor acrescentado.

Artigo 9º Assinatura dos Documentos

1. Todos os documentos da proposta devem ser assinados eletronicamente pelo concorrente ou seu representante, de acordo com o artigo 27º da Portaria 701-G/2009 de 29 de Julho;
2. No caso dos documentos que constituem a proposta, serem apresentados de forma compactada em pastas (zip, rar, etc), todos os documentos que integrem as referidas pastas devem ser assinados individualmente, utilizando para esse efeito os certificados de assinatura eletrónica qualificada;
3. Para efeitos da assinatura eletrónica, os concorrentes devem utilizar certificados digitais emitidos por uma entidade certificadora do Sistema de Certificação Eletrónica do Estado;



MUNICÍPIO DE SINES

4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar directamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento electrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

Artigo 10º Apresentação de Propostas Variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 11º Retirada da Proposta

Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, nos termos do disposto no artigo 137.º do CCP.

Artigo 12º Prazo de Obrigação de Manutenção das Propostas

O prazo de manutenção das propostas é de 66 dias.

Artigo 13º Preço Base

Para a contratação em causa é fixado como preço base o valor de € 83.500,00 (oitenta e três mil e quinhentos euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a CMS se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato e funcionando como parâmetro base do preço contratual.

Artigo 14º Esclarecimentos e Retificação das Peças do Procedimento

1. Os pedidos de esclarecimento de quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das peças patenteadas deverão ser apresentados, por escrito para o júri do concurso, através da plataforma eletrónica, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas;
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados pelo júri do concurso, por escrito, através da plataforma eletrónica vortalGOV até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas. A falta de resposta até esta data implicará a prorrogação do prazo para a apresentação das propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado;



MUNICÍPIO DE SINES

3. A entidade adjudicante poderá proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e nos prazos referidos nos números anteriores;
4. Simultaneamente com a comunicação dos esclarecimentos e retificações ao concorrente que os solicitou, juntar-se-á cópia dos mesmos às peças patenteadas em concurso e proceder-se-á à notificação dos mesmos a todos os interessados que as tenham adquirido;
5. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 15º Erros e Omissões do Caderno de Encargos

1. Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar, através da plataforma vortalGOV, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos por eles detetados e que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
 - b) Espécie ou a quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou ainda
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o concorrente não considere exequíveis.
2. A lista referida no número anterior deverá, no mesmo prazo, ser igualmente enviada pelos interessados para o júri do concurso;
3. Excetua-se do disposto no ponto 1 os eventuais erros e omissões que os interessados, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detetar na fase de execução do contrato;
4. A apresentação da lista referida no ponto 1, por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicitação da decisão prevista em 6 ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo;
5. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados devem ser juntas às peças patenteadas em concurso e proceder-se-á à notificação das mesmas a todos os interessados que as tenham adquirido;
6. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, a entidade adjudicante deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites;



MUNICÍPIO DE SINES

7. A decisão prevista no número anterior deve ser junta às peças patenteadas em concurso, sendo todos os interessados que as tenham adquirido imediatamente notificados da mesma.

Secção III - Júri do Procedimento e Análise de Propostas

Artigo 16º Júri do Concurso

1. O procedimento é conduzido pelo júri nomeado por despacho do Presidente da Câmara Municipal de Sines, datado de 06 de novembro de 2015, composto por três membros efetivos, um dos quais preside, e dois suplentes, conforme abaixo identificado:

- Miguel Falcão, Chefe de Divisão de Obras Municipais, na qualidade de Presidente;
- Helena Leal, Técnica Superior de Direito a desempenhar funções no Gabinete Jurídico, na qualidade de Vogal Efetivo que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos;
- Carla Palminha Silva, Técnica Superior de Economia, a desempenhar funções no Serviço de Aquisições e Gestão de Contratos, na qualidade de Vogal Efetivo;
- Ana Palma, Técnica Superior de Direito a desempenhar funções no Gabinete Jurídico, na qualidade de primeiro vogal suplente;
- Pedro José, Técnico Superior – Eng.º Mecânico a desempenhar funções na Piscina Municipal, na qualidade de segundo vogal suplente.

2. O júri do concurso elaborará um relatório preliminar de avaliação das propostas fundamentado sobre o mérito das propostas avaliadas;

4. No relatório preliminar, o júri do concurso deverá também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas, nos termos do artigo 146.º do CCP.

Artigo 17º Audiência Prévia

1. A decisão de adjudicação será precedida de audiência prévia escrita dos concorrentes, nos termos do disposto nos artigos 123.º e 147.º do CCP;

2. Os concorrentes têm 5 (cinco) dias úteis após a notificação do projecto de decisão final para se pronunciarem sobre o mesmo;

3. A notificação fornece os elementos necessários para que os interessados fiquem a conhecer todos os aspectos relevantes para a decisão, nas matérias de facto e de direito, indicando também as horas e o local onde o processo poderá ser consultado;

Artigo 18º Relatório Final

1. Cumprido a audiência prévia, o Júri do concurso elaborará um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efectuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP;
2. No caso previsto na parte final do ponto anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri do concurso procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 124.º do CCP.

Secção IV – Adjudicação e Documentos de Habilitação

Artigo 19º Critério de Adjudicação

1. O critério de adjudicação será o da proposta com o mais baixo preço, nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP;
2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas o desempate é feito por ordem de entrada das propostas na plataforma.

Artigo 20º Documentos de Habilitação

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de análise das propostas;
2. O adjudicatário deve entregar no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação de decisão de adjudicação, os documentos de habilitação referidos no nº 1 do artigo 81º do CCP;
3. O prazo para a supressão de eventuais irregularidades detetadas nos documentos de habilitação é de 5 dias;
4. Os documentos de habilitação deverão ser disponibilizados no processo de concurso para consulta de todos os concorrentes.



MUNICÍPIO DE SINES

Secção V - Disposições Finais

Artigo 21º Prevalência

As normas do presente programa de concurso prevalecem sobre quaisquer indicações do(s) anúncio(s) com elas desconformes.

Artigo 22º Caução

Não é exigida a prestação de caução, conforme determinado no n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

Artigo 23º Falsidade de Documentos e ou Declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos e, ou, a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão e ou a inviabilidade da adjudicação.

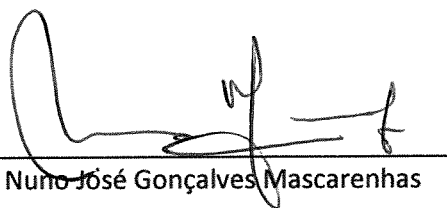
Artigo 24º Adoção de Ajuste Direto

Nos termos do que está estatuído na alínea q) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP poderá adotar-se o ajuste direto.

Artigo 25º Lei Aplicável

Ao presente procedimento aplica-se o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, republicado pelo DL 278/2009 de 2 de Outubro, na sua atual redação.

O PRESIDENTE DA CÂMARA



Dr. Nuno José Gonçalves Mascarenhas

ANEXO I

MODELO DA DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

- 1- ...(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as cláusulas.
- 2- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
 - a) ...
 - b) ...
- 3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4- Mais declara, sob compromisso de honra, que:
 - a) Não se encontram em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente.
 - b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a honorabilidade profissional 4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);
 - c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);
 - d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);
 - e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);



MUNICÍPIO DE SINES

- f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista no n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (13);
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declara nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por nenhum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):

i) *Participação* em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) *Corrupção*, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) *Fraude*, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) *Branqueamento de capitais*, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

- 5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação da entidade competente para efeitos de procedimentos criminal.



MUNICÍPIO DE SINES

- 6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *i)* do n.º 4 desta declaração.
- 7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a apresentação dos documentos solicitados nos termos do numero anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ...(data), ...[assinatura (18)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (19) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (20):

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (21) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (22)] (23);
- c) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (24);
- d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (25);
- e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal [ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal] (26);
- f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (27)] os documentos comprovativos de que a sua representada (28) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.



MUNICÍPIO DE SINES

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (29)]

- (19) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (20) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (21) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (22) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (23) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (24) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (25) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (26) Declarar consoante a situação.
- (27) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (28) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (29) Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57.º